

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	76
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.497.303
Preferenciais	0
Total	2.497.303

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	13/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2018	Ordinária		0,11724
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2018	Dividendo	29/03/2018	Ordinária		0,39007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	83.608.495	89.378.968
1.01	Ativo Circulante	70.388.163	76.227.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.446.878	3.909.521
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.300.474	7.278.201
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.300.474	7.278.201
1.01.02.01.03	Fundo de investimento em direitos creditórios	7.300.474	7.278.201
1.01.03	Contas a Receber	59.605.825	65.000.241
1.01.03.01	Clientes	59.535.424	64.942.324
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	59.535.424	64.942.324
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.401	57.917
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	17.673	8.410
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	12.139	17.521
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	40.589	31.986
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.986	39.465
1.01.08.03	Outros	34.986	39.465
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	34.986	39.465
1.02	Ativo Não Circulante	13.220.332	13.151.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.525.865	2.518.717
1.02.01.03	Contas a Receber	28.155	19.540
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.155	19.540
1.02.01.06	Tributos Diferidos	883.627	889.105
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	883.627	889.105
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.614.083	1.610.072
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.614.083	1.610.072
1.02.02	Investimentos	9.898.241	9.785.526
1.02.03	Imobilizado	417.247	463.595
1.02.04	Intangível	378.979	383.702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	83.608.495	89.378.968
2.01	Passivo Circulante	65.338.346	70.834.904
2.01.02	Fornecedores	62.069.945	67.306.733
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	62.069.945	67.306.733
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Clientes	52.359.147	57.377.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	497.255	635.404
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	9.213.543	9.294.052
2.01.03	Obrigações Fiscais	265.956	187.760
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.686.125	2.827.084
2.01.05	Outras Obrigações	316.320	513.327
2.01.05.02	Outros	316.320	513.327
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	150.600	270.470
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	165.720	242.857
2.02	Passivo Não Circulante	6.768.148	6.842.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.022.615	5.084.140
2.02.02	Outras Obrigações	28.256	33.587
2.02.04	Provisões	1.717.277	1.724.985
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.717.277	1.724.985
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.717.277	1.724.985
2.03	Patrimônio Líquido	11.502.001	11.701.352
2.03.01	Capital Social Realizado	4.700.000	4.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.720	-69.962
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-52.732	-53.925
2.03.02.07	Reserva de Capital	66.296	66.247
2.03.02.08	Transações de capital entre sócios	-82.284	-82.284
2.03.04	Reservas de Lucros	6.860.165	7.062.500
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.556	8.814

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.631.110	1.694.441
3.01.01	Receita Operacional	1.852.416	1.884.194
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-221.306	-189.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-614.665	-554.681
3.03	Resultado Bruto	1.016.445	1.139.760
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.408	-148.859
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.408	-148.859
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-86.533	-87.226
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-61.062	-80.157
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-28.055	-35.103
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-51.886	-42.096
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	181.128	95.723
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	970.037	990.901
3.06	Resultado Financeiro	373.801	377.804
3.06.01	Receitas Financeiras	500.026	690.883
3.06.01.01	Receitas Financeiras	58.417	72.423
3.06.01.02	Resultado com Aquisição de Recebíveis e FIDC	443.342	618.579
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	-1.733	-119
3.06.02	Despesas Financeiras	-126.225	-313.079
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-126.225	-313.079
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.343.838	1.368.705
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-336.788	-366.941
3.08.01	Corrente	-331.310	-417.435
3.08.02	Diferido	-5.478	50.494
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.007.050	1.001.764
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.007.050	1.001.764
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,37101	0,36939
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,37066	0,36884

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.007.050	1.001.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.742	148
4.02.01	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	6.643	-27.987
4.02.02	"Resultados com Instrumentos de ""Hedge""(Bonds) s/Op no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	-4.901	28.135
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.008.792	1.001.912

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	622.825	1.672.631
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	973.051	1.122.545
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	1.343.838	1.368.705
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	97.592	108.956
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Liq.	-4.304	-6.250
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixado	3.718	4.542
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	5.663	9.397
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	49.446	37.727
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-3.321	58.435
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	108.707	235.013
6.01.01.13	Varição Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	13.297	-27.069
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-181.128	-95.723
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	4.479	34.439
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-464.936	-605.627
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	81.600	1.214.994
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	5.357.454	1.227.991
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	-9.263	-9.780
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	2.245	72.818
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-4.011	-50.929
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-8.603	-17.953
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-5.018.130	193.668
6.01.02.08	Fornecedores	-138.149	-105.684
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	78.196	-3.077
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-80.509	-1.455
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-93.243	-87.891
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-4.387	-2.714
6.01.03	Outros	-431.826	-664.908
6.01.03.02	Juros Pagos	-157.485	-252.450
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-274.341	-412.458
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	462.941	555.271
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e Coligadas"	-55.000	0
6.02.02	Aquisições de cotas de FIDC	0	-3.128.414
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	442.664	3.639.296
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	123.536	110.722
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-48.259	-66.333
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.548.409	-566.357
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-11.759	0
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo exercício de opção de Ações	7.338	1.592
6.03.03	Captação de Empréstimos	0	69.943
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos	-167.003	-50.332
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.376.985	-587.560
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-462.643	1.661.545

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.909.521	933.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.446.878	2.594.593

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.242	-1.209.385	0	0	-1.208.143
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.759	0	0	0	-11.759
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	5.663	0	0	0	5.663
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	7.338	0	0	0	7.338
5.04.14	Juros sobre capital próprio propostos	0	0	-150.600	0	0	-150.600
5.04.16	Dividendos adicionais pagos aos mínimos obrigatórios de 2017	0	0	-1.058.785	0	0	-1.058.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.007.050	0	1.742	1.008.792
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.007.050	0	0	1.007.050
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.742	1.742
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	6.643	6.643
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de hedge de invest no exterior, liq dos efeitos tributários	0	0	0	0	-4.901	-4.901
5.07	Saldos Finais	4.700.000	-68.720	6.860.165	0	10.556	11.502.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.989	-165.500	0	0	-154.511
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	9.397	0	0	0	9.397
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	1.592	0	0	0	1.592
5.04.14	Juros sobre capital próprio propostos	0	0	-165.500	0	0	-165.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.001.764	0	148	1.001.912
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.001.764	0	0	1.001.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	148	148
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-27.987	-27.987
5.05.02.07	"Resultado com instrumentos de ""hedge"" de invest no exterior, liq dos efeitos tributários"	0	0	0	0	28.135	28.135
5.07	Saldos Finais	3.500.000	-108.573	6.688.238	0	11.137	10.090.802

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.802.970	1.846.467
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.852.416	1.884.194
7.01.02	Outras Receitas	-49.446	-37.727
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-49.446	-37.727
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-589.188	-526.199
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-468.910	-408.807
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-110.603	-113.022
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.766	2.477
7.02.04	Outros	-5.909	-6.847
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.213.782	1.320.268
7.04	Retenções	-97.591	-108.956
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.591	-108.956
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.116.191	1.211.312
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	705.638	819.485
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	181.128	95.723
7.06.02	Receitas Financeiras	524.510	723.762
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.821.829	2.030.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.821.829	2.030.797
7.08.01	Pessoal	90.530	109.869
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	598.819	606.352
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	125.430	312.812
7.08.03.03	Outras	125.430	312.812
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	125.430	312.812
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.007.050	1.001.764
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	150.600	165.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	856.450	836.264

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	83.007.046	88.347.181
1.01	Ativo Circulante	66.723.693	71.933.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.987.884	6.024.197
1.01.03	Contas a Receber	60.700.823	65.869.950
1.01.03.01	Clientes	60.588.247	65.773.345
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	60.588.247	65.773.345
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	112.576	96.605
1.01.03.02.01	Contas a Receber com partes relacionadas	10.074	0
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	18.619	11.957
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	31.559	40.920
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	52.324	43.728
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.986	39.465
1.01.08.03	Outros	34.986	39.465
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	34.986	39.465
1.02	Ativo Não Circulante	16.283.353	16.413.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.675.589	2.677.077
1.02.01.03	Contas a Receber	52.717	43.984
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	52.717	43.984
1.02.01.06	Tributos Diferidos	996.849	1.011.232
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	996.849	1.011.232
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.626.023	1.621.861
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.626.023	1.621.861
1.02.02	Investimentos	160.788	120.500
1.02.03	Imobilizado	464.150	512.596
1.02.04	Intangível	12.982.826	13.103.396

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	83.007.046	88.347.181
2.01	Passivo Circulante	57.411.562	62.597.366
2.01.02	Fornecedores	53.699.106	58.552.872
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.699.106	58.552.872
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Clientes	53.083.643	57.796.536
2.01.02.01.03	Fornecedores	615.463	756.336
2.01.03	Obrigações Fiscais	345.588	286.954
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.699.368	2.827.719
2.01.05	Outras Obrigações	667.500	929.821
2.01.05.02	Outros	667.500	929.821
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	150.600	270.470
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	516.900	659.351
2.02	Passivo Não Circulante	10.433.201	10.388.870
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.362.828	6.417.634
2.02.02	Outras Obrigações	2.216.732	2.035.407
2.02.02.02	Outros	2.216.732	2.035.407
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	29.432	34.862
2.02.02.02.05	Obrigações com cotas de fundos de investimento	2.187.300	2.000.545
2.02.03	Tributos Diferidos	118.906	194.512
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	118.906	194.512
2.02.04	Provisões	1.734.735	1.741.317
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.734.735	1.741.317
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.734.735	1.741.317
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	15.162.283	15.360.945
2.03.01	Capital Social Realizado	4.700.000	4.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.720	-69.962
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-52.732	-53.925
2.03.02.07	Reserva de Capital	66.296	66.247
2.03.02.08	Transações de capital entre sócios	-82.284	-82.284
2.03.04	Reservas de Lucros	6.860.165	7.062.500
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.556	8.814
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.660.282	3.659.593

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.784.684	2.801.303
3.01.01	Receita Operacional	3.125.014	3.086.230
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-340.330	-284.927
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.434.328	-1.367.628
3.03	Resultado Bruto	1.350.356	1.433.675
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-339.892	-352.120
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-339.892	-352.120
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-127.095	-121.670
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-126.217	-139.702
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-31.548	-38.054
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-62.578	-57.144
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	7.546	4.450
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.010.464	1.081.555
3.06	Resultado Financeiro	389.409	403.969
3.06.01	Receitas Financeiras	561.614	729.593
3.06.01.01	Receitas Financeiras	100.015	110.563
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	463.310	619.292
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	-1.711	-262
3.06.02	Despesas Financeiras	-172.205	-325.624
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-172.205	-325.624
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.399.873	1.485.524
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-342.882	-439.690
3.08.01	Corrente	-330.491	-496.009
3.08.02	Diferido	-12.391	56.319
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.056.991	1.045.834
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.056.991	1.045.834
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.007.050	1.001.764
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49.941	44.070
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,37101	0,36939
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,37066	0,36884

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.056.991	1.045.834
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.742	148
4.02.01	Varição Cambial s/ Investimentos no Exterior	6.643	-27.987
4.02.02	"Resultado com Instrumentos de ""Hedge""(Bonds) s/ Op no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários"	-4.901	28.135
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.058.733	1.045.982
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.008.792	1.001.912
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49.941	44.070

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.478.517	2.421.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.830.686	2.091.836
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	1.399.873	1.485.524
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	232.288	240.576
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Líq.	-4.304	-6.250
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixado	3.744	4.833
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	5.663	9.397
6.01.01.08	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	57.307	48.360
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-2.149	59.224
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	121.046	247.252
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	20.285	-27.069
6.01.01.14	Resultados não realizados com derivados	-7.546	34.439
6.01.01.15	Equivalência Patrimonial	4.479	-4.450
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	107.307	1.063.809
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	5.127.791	1.161.867
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	-10.074	-4.465
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	7.721	-3.974
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	628	79.967
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-4.162	-51.373
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-8.596	-17.494
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-4.712.893	88.154
6.01.02.08	Fornecedores	-140.873	-78.383
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	36.045	-12.482
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-183.846	-95.294
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-4.434	-2.714
6.01.03	Outros	-459.476	-734.106
6.01.03.02	Juros Pagos	-157.485	-252.450
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-301.991	-481.656
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-108.372	-70.949
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e coligadas"	-55.105	0
6.02.04	Dividendos Recebidos e Controladas	3.387	4.466
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-56.654	-75.415
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.410.280	-609.733
6.03.01	Captação de Empréstimos	0	69.943
6.03.02	Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opção de ações	7.338	1.592
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-11.759	0
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-1.425.611	-630.936
6.03.06	Pagamento de Principal de Empréstimos, líq de derivativos	-167.003	-50.332
6.03.07	Participação de terceiros cotas sênior do FIDC Plus	186.755	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.822	-3.769
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-36.313	1.737.088
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.024.197	2.658.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.987.884	4.396.044

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352	3.659.593	15.360.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	-69.962	7.062.500	0	8.814	11.701.352	3.659.593	15.360.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.242	-1.209.385	0	0	-1.208.143	-49.252	-1.257.395
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.759	0	0	0	-11.759	0	-11.759
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	5.663	0	0	0	5.663	0	5.663
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	7.338	0	0	0	7.338	0	7.338
5.04.14	Juros sobre capital próprio propostos	0	0	-150.600	0	0	-150.600	0	-150.600
5.04.15	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-49.252	-49.252
5.04.16	Dividendos adicionais pagos aos mínimos obrigatórios de 2017	0	0	-1.058.785	0	0	-1.058.785	0	-1.058.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.007.050	0	1.742	1.008.792	49.941	1.058.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.007.050	0	0	1.007.050	49.941	1.056.991
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.742	1.742	0	1.742
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	6.643	6.643	0	6.643
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de hedge de invest no exterior, liq dos efeitos tributários	0	0	0	0	-4.901	-4.901	0	-4.901
5.07	Saldos Finais	4.700.000	-68.720	6.860.165	0	10.556	11.502.001	3.660.282	15.162.283

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401	3.659.589	12.902.990
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	-119.562	5.851.974	0	10.989	9.243.401	3.659.589	12.902.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.989	-165.500	0	0	-154.511	-43.847	-198.358
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	9.397	0	0	0	9.397	0	9.397
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	1.592	0	0	0	1.592	0	1.592
5.04.14	Juros sobre capital próprio propostos	0	0	-165.500	0	0	-165.500	0	-165.500
5.04.15	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-43.847	-43.847
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.001.764	0	148	1.001.912	44.070	1.045.982
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.001.764	0	0	1.001.764	44.070	1.045.834
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	148	148	0	148
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-27.987	-27.987	0	-27.987
5.05.02.07	"Resultado com instrumentos de ""hedge"" de invest no exterior, líq dos efeitos tributários"	0	0	0	0	28.135	28.135	0	28.135
5.07	Saldos Finais	3.500.000	-108.573	6.688.238	0	11.137	10.090.802	3.659.812	13.750.614

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	3.067.707	3.037.870
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.125.014	3.086.230
7.01.02	Outras Receitas	-57.307	-48.360
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-57.307	-48.360
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.300.437	-1.227.404
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.186.530	-1.115.667
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.095	-102.954
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.766	2.417
7.02.04	Outros	-9.046	-11.200
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.767.270	1.810.466
7.04	Retenções	-232.288	-240.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-232.288	-240.576
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.534.982	1.569.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	594.964	768.781
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.546	4.450
7.06.02	Receitas Financeiras	587.418	764.331
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.129.946	2.338.671
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.129.946	2.338.671
7.08.01	Pessoal	163.493	179.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	733.823	785.097
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	175.639	328.674
7.08.03.03	Outras	175.639	328.674
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	175.639	328.674
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.056.991	1.045.834
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	150.600	165.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	856.450	836.264
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	49.941	44.070

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

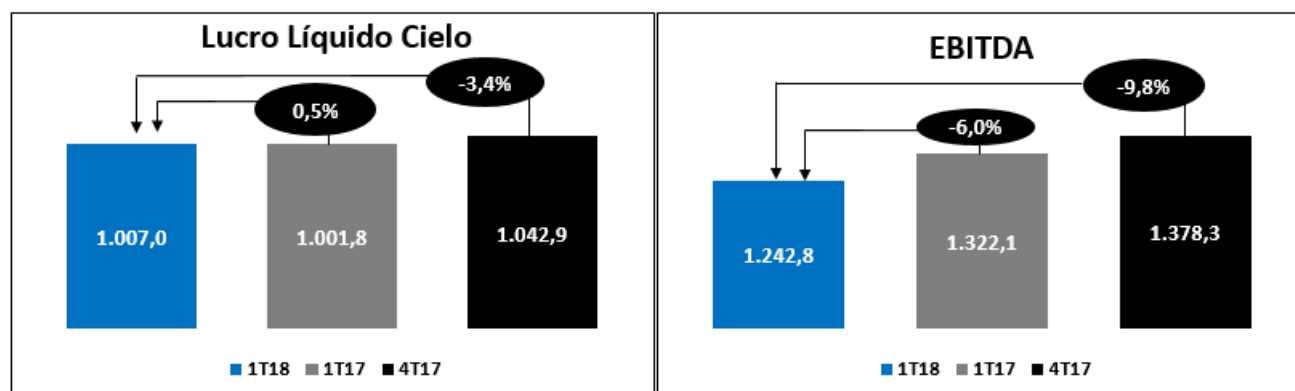
Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting” e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que convergem com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo, e da coligada Stelo, são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

DESTAQUES 1T18

- Volume financeiro de transações totalizou R\$152,7 bilhões, aumento de 5,6% em relação ao 1T17, ou R\$8,0 bilhões, e redução de 11,1% em relação ao 4T17, ou R\$19,0 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$2.784,7 milhões, redução de 0,6% em relação ao 1T17, ou R\$16,6 milhões, e redução de 8,3% em relação ao 4T17, ou R\$252,5 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$463,3 milhões, representando uma redução de 25,2% em relação ao 1T17, e uma redução de 11,5% em relação ao 4T17. O ARV atingiu 17,5% sobre o volume financeiro de crédito no trimestre, queda de 2,8 ponto percentual em relação ao 1T17, e decréscimo de 0,6 ponto percentual em relação ao 4T17;
- Os gastos totais (custos e despesas) totalizaram R\$1.781,8 milhões, aumento de 3,3% em relação ao 1T17, ou R\$57,6 milhões, e redução de 5,9% em relação ao 4T17, ou R\$111,1 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$1.007,0 milhões, aumento de 0,5% em relação ao 1T17, ou R\$5,3 milhões, e redução de 3,4% em relação ao 4T17, ou R\$35,9 milhões; e
- EBITDA de R\$1.242,8 milhões, redução de 6,0% em relação ao 1T17, ou R\$79,4 milhões, e redução de 9,8% em relação ao 4T17, ou R\$135,6 milhões.



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL 1T18

Volume Financeiro de Transações

Evolução Trimestral

No 1T18, o volume financeiro de transações totalizou R\$152,7 bilhões, representando um aumento de 5,6%, ou R\$8,0 bilhões, em comparação aos R\$144,6 bilhões 1T17, e redução de 11,1%, ou R\$19,0 bilhões, quando comparado aos R\$171,7 bilhões capturados no 4T17.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$87,6 bilhões no 1T18, apresentando um aumento de 10,1% em relação ao 1T17 e redução de 8,0% em relação ao 4T17.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$65,0 bilhões no 1T18, em linha com o volume financeiro do 1T17 e um decréscimo de 14,9% em comparação ao 4T17.

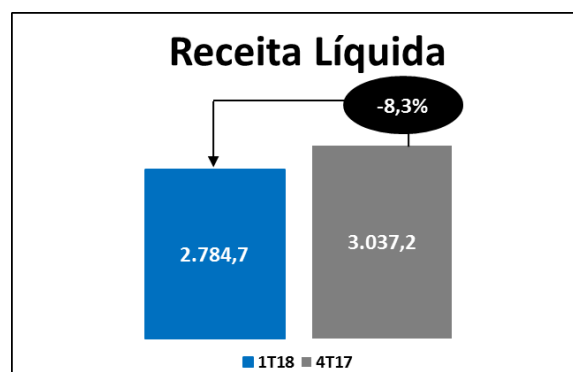
Adicionalmente, a Cielo capturou 1,7 bilhão de transações no 1T18, um crescimento de 1,4% em relação ao 1T17 e redução de 9,3% em relação ao 4T17.

DESEMPENHO FINANCEIRO 1T18

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Receita Líquida

Evolução Trimestral



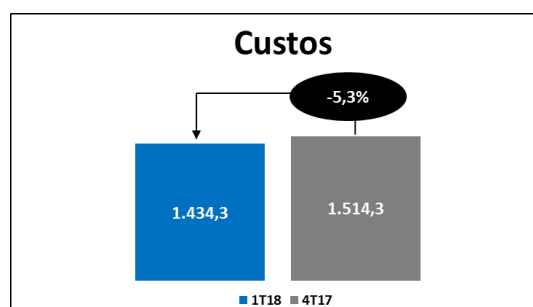
A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$2.784,7 milhões no 1T18, representando uma redução de R\$252,5 milhões ou 8,3%, quando comparada com R\$3.037,2 milhões no 4T17.

O decréscimo da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito está substancialmente relacionado à sazonalidade do negócio da Sociedade e sua controlada Cateno no 4T17, principalmente em função das vendas para festividades de final de ano. Nesse trimestre, também houve redução nas receitas de aluguel de equipamentos de captura devido à queda no parque instalado. Adicionalmente, no 1T18, houve aumento dos impostos sobre receita decorrente da mudança do ISS, que passou a ser devido em todos os municípios onde os clientes estão sediados. Em contra-partida, essas reduções foram parcialmente compensadas pelo crescimento de outros serviços, principalmente relacionado ao produto Receba Rápido e receita de conversão de moeda.

Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral



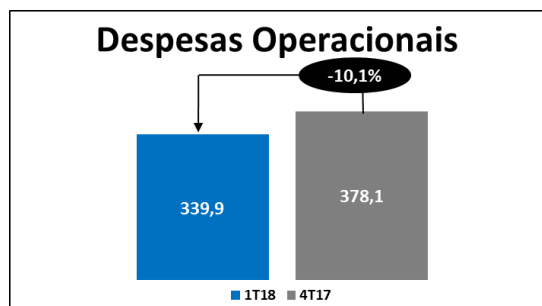
O custo dos serviços prestados totalizou R\$1.434,3 milhões no 1T18, representando uma redução de R\$79,9 milhões, ou 5,3% em comparação ao 4T17. O decréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Redução líquida de R\$36,8 milhões nos custos das **atividades de aquisição**, basicamente representado por:
 - a) Redução líquida de R\$27,9 milhões ou 9,7% nos **custos de remuneração das bandeiras**, substancialmente relacionada com a menor volumetria do período, devido à sazonalidade do negócio no 4T17, compensada parcialmente pelo aumento de pagamento de *fees* a bandeiras relacionado à mudança na remuneração da bandeira nacional (resultante da migração completa para o modelo de interoperabilidade), bem como, início do pagamento de *fees* para bandeiras menores à partir do 4T17;
 - b) Redução líquida de R\$5,3 milhões ou 3,0% nos **custos relacionados à transação**, excluindo remuneração das bandeiras, em virtude do decréscimo do volume e da quantidade de transações capturadas no 1T18 dada a sazonalidade das datas comemorativas do 4T17, parcialmente compensados pelo aumento nos gastos com serviços de processamento, principalmente de sustentação de tecnologia e por investimento em novas soluções;
 - c) Redução líquida de R\$3,7 milhões ou 2,2% em **custos vinculados aos equipamentos e outros custos**, basicamente relacionado a menor demanda de instalação e compra de *spare parts* (devido à sazonalidade do 4T17, quando os lojistas se preparam para as vendas de final de ano) e redução de serviços profissionais para melhorias e certificações de sistemas corporativos, parcialmente compensadas pelo aumento dos custos de depreciação e amortização de equipamentos.
- (ii) Redução de R\$34,4 milhões ou 8,6% nos custos vinculados à **gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard**, substancialmente, em virtude da queda na remuneração das bandeiras, relacionada à redução do volume e da quantidade de transações capturadas no 1T18, dada a sazonalidade das datas comemorativas de fim de ano no 4T17, e da redução nos gastos com *embossing* e gestão de cartões, em função de ações de racionalização de gastos.
- (iii) Redução de R\$8,7 milhões ou 2,8% nos custos da **controlada Merchant e-Solutions**, substancialmente relacionado à diminuição dos gastos com intercâmbio e remuneração de bandeiras, em linha com à queda do volume de transações capturado no período.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$339,9 milhões no 1T18, apresentando uma redução de R\$38,2 milhões ou 10,1%, em relação ao 4T17. A redução decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$1,2 milhão ou 0,9%, para R\$126,2 milhões no 1T18, comparados com os R\$125,0 milhões no 4T17.

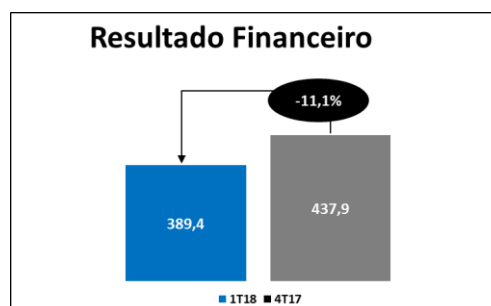
Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, reduziram R\$16,7 milhões ou 12,9%, para R\$113,2 milhões no 1T18, comparadas com os R\$130,0 milhões no 4T17. A redução está relacionada à concentração no 4T17 de gastos com consultorias e serviços profissionais para projetos estratégicos na Controladora, bem como com menores gastos de serviços profissionais para projetos da controlada Merchant e-Solutions no 1T18.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$18,6 milhões ou 37,1%, para R\$31,6 milhões no 1T18, comparadas com os R\$50,2 milhões no 4T17. A redução decorre substancialmente de menores gastos com campanhas de marketing institucionais e de ações comerciais no 1T18, devido à calendarização das iniciativas (maior concentração no 4Q17), e da redução do escopo de ações de fidelização de clientes a partir do 1T18.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$7,6 milhões ou 13,8%, para R\$62,6 milhões no 1T18, comparada com os R\$55,0 milhões no 4T17. O acréscimo está diretamente relacionado ao aumento da expectativa de perdas com créditos incobráveis (basicamente de contas a receber de aluguel) e com equipamentos de captura, parcialmente compensado pela redução de contingências para riscos cíveis e trabalhistas.

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$389,4 milhões no 1T18, representando uma redução de 11,1% ou R\$48,5 milhões em relação ao 4T17, que obteve um resultado de R\$437,9 milhões. O decréscimo ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$5,4 milhões ou 5,1%, para R\$100,0 milhões no 1T18, comparadas com os R\$105,4 milhões no 4T17. A diminuição está substancialmente relacionado à queda da taxa média DI em 2018 e redução do saldo médio aplicado.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$15,8 milhões ou 8,4%, para R\$172,2 milhões no 1T18, comparadas com os R\$188,0 milhões no 4T17. A diminuição decorre substancialmente da redução no endividamento médio na Controladora, bem como da queda da respectiva taxa média DI no 1T18 comparado ao 4T17.

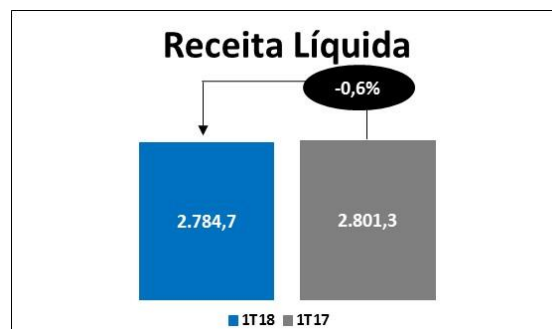
Comentário do Desempenho

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, realizada pelos FIDCs, totalizou R\$463,3 milhões no 1T18, apresentando uma redução de R\$60,4 milhões ou 11,5%, quando comparada com os R\$523,7 milhões no 4T17. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução de volume adquirido (sazonalidade do 4T17), à queda da taxa média DI no período, bem como ao aumento da concentração em clientes do segmento Grandes Contas no 1T18, parcialmente compensado pela migração para o produto “Receba Rápido”.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017

Receita Líquida

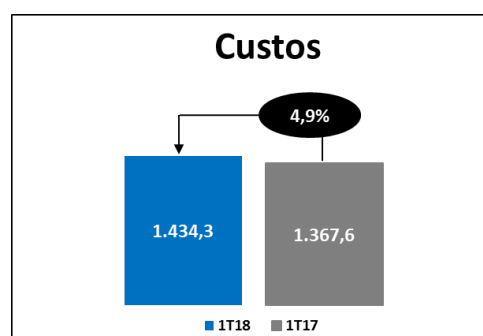
Evolução Trimestral



A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$2.784,7 milhões no 1T18, representando uma redução de 0,6% ou R\$16,6 milhões, quando comparada aos R\$2.801,3 milhões no 1T17. A redução da receita líquida é reflexo da (i) redução das receitas de aluguel de equipamentos de captura devido à queda no parque instalado, (ii) queda nas receitas com captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, que se deve substancialmente à redução do preço médio em virtude da concentração em clientes do segmento Grandes Contas e do ambiente competitivo, e do (iii) aumento dos impostos sobre receita decorrente da mudança do ISS, que passou a ser devido em todos os municípios onde os clientes estão sediados; parcialmente compensada pelo crescimento das operações da controlada Cateno (contínua expansão dos negócios), menores incentivos pagos em decorrência de mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional e do crescimento em outros serviços da Controladora, principalmente relacionado ao produto Receba Rápido e às novas receitas com licenciamento e processamento da bandeira Elo (iniciado no segundo semestre de 2017).

Custo dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral



O custo dos serviços prestados totalizou R\$1.434,3 milhões no 1T18, representando um aumento de R\$66,7 milhões ou 4,9%, quando comparado aos R\$1.367,6 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

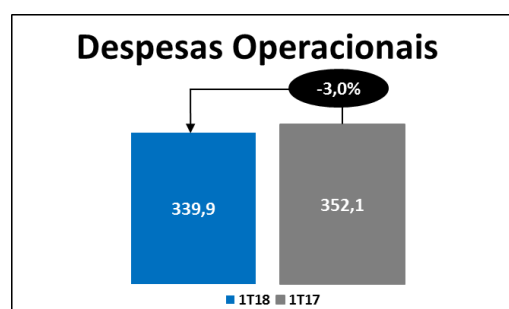
- (i) Aumento líquido de R\$76,2 milhões nos custos das **atividades de aquisição**, basicamente representado por:
 - a) Aumento de R\$94,9 milhões ou 57,8% nos **custos de remuneração das bandeiras**, substancialmente relacionado à mudança na remuneração da bandeira nacional (resultante da migração completa para o modelo de interoperabilidade), no 3T17 (principalmente de bandeira nacional, cujo aumento do *fee* de bandeira compensa os efeitos positivos em receita), bem como ao aumento do volume capturado no 1T18 em relação ao 1T17;

Comentário do Desempenho

- b) Redução de R\$18,7 milhões ou 9,7% nos **custos relacionados à transação**, excluindo custos com remuneração das bandeiras, tais como com gastos com liquidação e despesas com estabelecimentos (devido à suspensão da tarifa de depósito em conta corrente e investimentos em projetos ocorridos somente no 1T17, respectivamente), parcialmente compensado pelo aumento nos gastos com processamento de transações e central de atendimento, dado substancialmente às negociações e mudanças contratuais com fornecedores.
- (ii) Redução de R\$19,6 milhões ou 5,1% nos custos vinculados à gestão de **contas de pagamento do Arranjo Ouocard**, em virtude do menor volume de renovação de cartões e de iniciativas de racionalização de gastos com central de atendimento, parcialmente compensado pelo acréscimo dos custos com remuneração das bandeiras, visto o aumento do volume e da quantidade de transações capturadas no 1T18.
- (iii) Aumento de R\$10,1 milhões ou 3,3% nos **custos da controlada Merchant e-Solutions**, substancialmente devido à apreciação do dólar médio do 1T18 em relação ao 1T17.

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$339,9 milhões no 1T18, apresentando uma redução de R\$12,2 milhões ou 3,5% quando comparadas com R\$352,1 milhões no 1T17. A diminuição ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal reduziram R\$13,5 milhões ou 9,7%, para R\$126,2 milhões no 1T18, comparadas com os R\$139,7 milhões no 1T17. A diminuição decorre substancialmente de gastos com verbas rescisórias de executivo no 1T17 e por reversão do excesso de provisão para participação nos resultados de 2017, reconhecida no 1T18.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$8,9 milhões ou 8,6%, para R\$113,2 milhões no 1T18, comparadas com os R\$104,3 milhões no 1T17. O acréscimo está relacionado ao aumento de despesas com desenvolvimento e manutenção de software na controlada Cateno, aos gastos administrativos na M4U devido à mudança de sede e às despesas com parceiros comerciais (“*partnership fees*”) na controlada Merchant e-Solutions, também impactado pela apreciação do dólar médio entre o 1T18 e o mesmo trimestre do ano anterior.

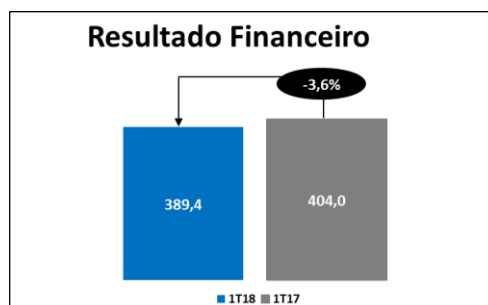
Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$6,5 milhões ou 17,1%, para R\$31,6 milhões no 1T18, comparadas com os R\$38,1 milhões no 1T17. A redução decorre substancialmente da redução do escopo de ações de fidelização de clientes a partir do 1T18, parcialmente compensado pelo aumento de gastos com campanhas de marketing institucionais, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$5,5 milhões ou 9,5%, para R\$62,6 milhões no 1T18, comparada com os R\$57,1 milhões no 1T17. O acréscimo está diretamente relacionado ao aumento da expectativa de perdas com créditos incobráveis (basicamente de contas a receber de aluguel) e com equipamentos de captura, parcialmente compensado pela redução de contingências para riscos cíveis e trabalhistas.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$389,4 milhões no 1T18, uma redução de R\$14,6 milhões ou 3,6% em relação ao 1T17, que obteve um resultado de R\$404,0 milhões. O decréscimo ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

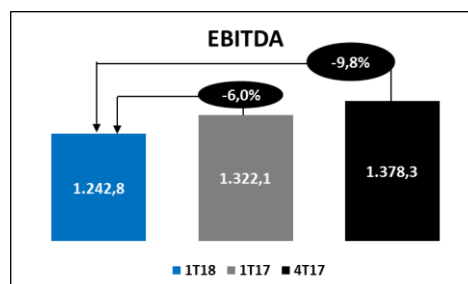
Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$10,5 milhões ou 9,5%, para R\$100,0 milhões no 1T18, comparadas com os R\$110,6 milhões no 1T17. O decréscimo está substancialmente relacionado à queda da taxa média DI, compensado parcialmente pelo maior saldo médio aplicado no 1T18.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$153,4 milhões ou 47,1%, para R\$172,5 milhões no 1T18, comparadas com os R\$325,6 milhões no 1T17. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros, basicamente em virtude da amortização da segunda parcela das debêntures públicas em abril de 2017 e da liquidação dos contratos FINAME em fevereiro de 2018, além da queda do custo de captação (influenciada substancialmente pela queda da DI).

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, realizada diretamente pela Cielo ou pelos FIDCs, reduziu R\$156,0 milhões ou 25,2%, para R\$463,3 milhões no 1T18, comparado com os R\$619,3 milhões no 1T17. O decréscimo está substancialmente relacionado à queda da taxa DI no período, aumento da concentração do segmentos Grandes Contas e à diminuição do volume do produto ARV (queda parcialmente compensada pela migração para o produto “Receba Rápido”).

EBITDA

Evolução Trimestral



O EBITDA totalizou R\$1.242,8 milhões no 1T18, representando uma redução de 6,0% em relação ao 1T17 e de 9,8% sobre o 4T17, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	1T18	1T17	4T17
Lucro Líquido Cielo	1.007,0	1.001,8	1.042,9
Outros acionistas que não a Cielo	49,9	44,1	65,3
Resultado Financeiro	(389,4)	(404,0)	(437,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social	342,9	439,7	474,5
Depreciação e Amortização	232,3	240,6	233,5
EBITDA	1.242,8	1.322,1	1.378,3
% Margem EBITDA	44,6%	47,2%	45,4%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

Comentário do Desempenho

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

ADOÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS DO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (“COSIF”)

A Cielo obteve, em abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central”). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Cielo passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Nesse sentido, as informações financeiras oficiais da Sociedade para fins societários, tributários, entre outros, passaram a refletir as regras contábeis definidas no COSIF.

Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPC”) em relação ao novo regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado (“COSIF”), destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRSs, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros (“*goodwill*”) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram. Adicionalmente, no COSIF, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* é reconhecida no resultado do exercício, diferentemente dos demonstrativos contábeis em IFRSs, cujo impacto é em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

Apresentamos a seguir a reconciliação dos saldos comparativos de resultado e do Patrimônio Líquido referentes ao 1T18, entre IFRSs e COSIF:

Em R\$ milhões	1T18	
	Individual	Consolidado
Lucro Líquido IFRS	1.007,0	1.057,0
(-) Amort. Ágio (a)	(6,5)	(6,5)
(-) Variação cambial líquida (b)	(4,9)	(4,9)
Lucro Líquido COSIF	995,7	1.045,6

- (a) Referente à amortização de ágio originado na aquisição do controle da Multidisplay.
- (b) A variação cambial sobre os *Ten Years Bonds*, líquido dos tributos, emitidos pela Cielo, foi reconhecida no resultado do exercício em COSIF. De forma diversa, no IFRSs, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* impacta a rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, diretamente no Patrimônio Líquido, em decorrência da efetividade do *hedge accounting* designado entre o investimento em dólar na controlada americana Cielo USA e o endividamento em dólar (*bonds*).

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	31/03/2018	
	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido IFRS	11.502,0	15.162,3
(-) Amort. acumulada de ágios (a)	(1.646,6)	(1.646,6)
(-) Reclassificação de transação de capital entre sócios (b)	82,3	82,3
Patrimônio Líquido COSIF	9.937,7	13.598,0

- (a) Refere-se à amortização acumulada dos ágios originados na aquisição de investimentos pela Cielo e suas controladas.
- (b) Refere-se ao ágio pago pela Cielo, em julho de 2016, na aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação. No IFRS, esta operação foi tratada como uma transação de capital entre sócios, registrada diretamente no Patrimônio Líquido. No COSIF, o montante compõe o grupo de intangível, no ativo, nos demonstrativos contábeis consolidados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

Importante destacar que, em 2013, a Companhia formalizou em Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Companhia, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por dois Conselheiros independentes, devendo o segundo Conselheiro ser convocado a apreciar a matéria na condição de membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Comentário do Desempenho

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aprovação da constituição da Cateno (fruto da associação entre a Cielo e Banco do Brasil) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes e membros do Conselho de Administração indicados pelo Banco Bradesco.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 10 (dez) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco, Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, sendo um dos membros efetivos membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos negócios empreendedores.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2018, o Relatório de Sustentabilidade 2017, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, versão G4, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Comentário do Desempenho

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida para os colaboradores. Desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade *Euronext-Vigeo* EM70, que engloba 70 empresas com alta performance em responsabilidade corporativa em mercados emergentes, lançado em 2015 pela *Vigeo*, agência líder em ratings globais voltados à sustentabilidade.

Em 2017, a Companhia integrou, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), na categoria *World*. Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTC Nasdaq Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1T18, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviço não relacionado à auditoria externa durante o primeiro trimestre de 2018, que consiste na asseguarção do Relatório de Sustentabilidade de 2017, na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação representa cerca de 3,8% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2018 da controladora Cielo, de suas controladas Cateno, Cielo Usa, Merchant e-Solutions, Orizon, Fundos de Investimentos (Fidc's) e da Coligada Stelo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma Sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 – B3 Brasil, Bolsa, Balcão S.A., sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade, controladas em conjunto (“*joint ventures*”) e coligada, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, e processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos no trimestre

No trimestre findo em 31 de março de 2018, destacamos os seguintes eventos que impactaram significativamente a posição financeira da Sociedade:

- *Aumento no lucro líquido da Cielo no montante de R\$5.286, que saiu de R\$ 1.001.764 no primeiro trimestre de 2017 para R\$ 1.007.050 no primeiro trimestre de 2018;*
- *Em 29 de março de 2018, foram pagos juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao segundo semestre de 2017, no montante de R\$ 1.376.985.*

Novos eventos Societários

No trimestre findo em 31 de março de 2018, destacamos os seguintes novos eventos societários:

- *Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de janeiro de 2018, a Cielo divulgou a aquisição, por meio de sua controlada, Aliança, das ações representativas de 70% do capital social da Stelo. A Aliança já detinha 30% das ações da Stelo e, uma vez concluída a transação, a Cielo deterá, indiretamente, a totalidade das ações da Stelo, pelo preço de aquisição de R\$ 87,5 milhões. A participação acionária a ser adquirida pela Aliança é detida pela Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (“Alelo”), que é, por sua vez, controlada por Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A, acionistas majoritários da Sociedade. Em linha com o objetivo da Sociedade de diversificar a oferta de soluções e serviços, a aquisição da Stelo permitirá explorar novas iniciativas comerciais, como a venda de terminais de captura, por meio de uma marca própria e de uma estrutura independente, e de aprimorar a estratégia comercial a fim de atender as mais variadas demandas de seus clientes. O fechamento da transação se dará*

Notas Explicativas

após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação por parte do Banco Central do Brasil (“BACEN” ou “Banco Central”).

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade, base de elaboração e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*” e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis adotadas.

As práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, são as mesmas utilizadas no exercício anterior, divulgadas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras da Sociedade e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas e publicadas em 01 de fevereiro de 2018 e disponibilizadas no site da CVM, exceto pelas práticas descritas na nota explicativa 2.3 destas informações contábeis intermediárias. Portanto, as correspondentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.3 Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

O Grupo adotou inicialmente a IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

a. *IFRS 09 – Instrumentos Financeiros:*

Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através

Notas Explicativas

de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

No quadro abaixo, demonstramos os impactos para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9:

<u>Ativo / Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundo de investimento em direitos creditórios	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo através do resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos (<i>hedge accounting</i>)	Valor justo por meio do resultado	Valor justo através do resultado

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

b. **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:**

Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço.

2.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A nova IFRS emitida pelo IASB e ainda não em vigor corresponde a:

Notas Explicativas

a. *IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil:*

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Sociedade está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

2.5 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Cielo obteve, em 27 de abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora (“Autorização”), concedida pelo “BACEN”, conforme publicação no Diário Oficial da União.

A Autorização decorre da Lei nº 12.865/2013 e de um conjunto de normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e pelo Banco Central, que definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central.

Em razão da Autorização, a Sociedade passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do SPB, devendo adotar procedimentos e controles internos relativos às suas atividades de credenciamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras observando os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - “COSIF”.

Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do SPB e da concessão da Autorização, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, e não mais de repassadora dos valores, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (*contas a receber de emissores*); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (*contas a pagar a estabelecimentos*), já líquida do desconto a título de remuneração pelos serviços de captura, processamento e liquidação das transações.

Ressalta-se, ainda, que no intuito de aprimorar a eficiência do SPB e em atendimento à regulamentação emitida pelo Banco Central, a Sociedade implementou, em novembro de 2017, a sistemática da compensação e liquidação das transações de forma centralizada por meio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

3 Informações intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada, diretas e indiretas, e fundos de investimentos:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/03/2018	31/12/2017	
Participação direta em controladas e FIDCs:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no trimestre findo em 31 de março de 2018.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de adquirência da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	78,11	77,10	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de adquirência da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.

Notas Explicativas

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como "joint-venture":

Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como "joint-venture":

Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsáude")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
Participação indireta em coligadas: Stelo S.A. ("Stelo")	30,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média ponderada do DI a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos:					
Moeda nacional		116.469	3.650	117.432	4.362
Moeda estrangeira		22.182	11.513	564.503	487.884
Aplicações financeiras:					
Debêntures compromissadas	99,09%	54.574	269.191	271.985	686.560
Certificados de Depósito Bancário - CDB	99,87%	201	198	10.644	28.341
Fundo de Investimento - FIC	103,82%	3.253.452	3.624.969	5.021.840	4.812.227
Outros		-	-	1.480	4.823
Total		3.446.878	3.909.521	5.987.884	6.024.197

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

5 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas a receber de emissores (a)	59.476.262	64.877.886	59.466.612	64.867.617
Aquisição de recebíveis (b)	211	948	2.976	1.059
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	-	-	408.152	167.013
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (d)	-	-	135.382	133.912
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (e)	-	-	395.554	422.754
Trava de domicílio bancário (f)	14.747	11.820	14.747	11.820
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (g)	8.257	6.261	8.257	6.261
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (h)	-	-	120.620	117.500
Contestações de portadores de cartões de crédito - "chargeback" (i)	27.594	38.208	27.594	38.208
Outras contas a receber	8.353	7.201	8.353	7.201
Total	59.535.424	64.942.324	60.588.247	65.773.345

Notas Explicativas

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações com bancos emissores. A Sociedade pode efetuar antecipação dos valores para geração de capital de giro de curto prazo. Essas antecipações possuem prazo médio de aproximadamente seis dias úteis. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há saldos de antecipações com emissores.
- (b) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis realizadas pela Sociedade e pelos FIDCs de estabelecimentos comerciais, referentes às transações de cartões de crédito, que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços. A partir do novo marco regulatório (vide nota explicativa nº 2.4), a Cielo assumiu a condição de devedora dos recebíveis adquirido pelos FIDCs, cujo montante foi eliminado no Consolidado.
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido, da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard.
- (f) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (g) Contas a receber decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição, vale-transporte e correlatos.
- (h) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (i) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pela Controladora nas respectivas datas de balanço. ("chargeback").

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	59.507.830	64.904.116	60.560.653	65.735.137
Vencidos até 45 dias	27.594	38.208	27.594	38.208
Total	59.535.424	64.942.324	60.588.247	65.773.345

6 Fundos de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis.

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu à quota sênior o rating de risco “AAA”.

Notas Explicativas

Os fundos tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de adquirência Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Os FIDCs devem manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de março de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor das cotas	Participação Cielo	Participação de Terceiros
FIDC	93.842	160.666	160.666	-
FIDC Plus				
Senior	2.000.000	4.001.012	2.000.505	2.000.507
Mezanino	500.000	500.135	500.135	-
Subordinada	3.037.377	4.639.168	4.639.168	-
Sub Total – FIDC Plus	5.537.377	9.140.315	7.139.808	2.000.507
Total			7.300.474	2.000.507

Os balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão assim demonstrados:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	160.949	283	160.666	542.539	1.193	542.539
FIDC Plus	9.140.464	149	9.140.315	8.741.634	4.234	8.737.400
Total	9.301.413	432	9.300.981	9.284.173	5.427	9.279.939

As demonstrações de resultado dos fundos nos trimestre findo em 31 de março de 2018 e de 2017 são apresentadas a seguir:

	31/03/2018			
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do trimestre
FIDC	18.605	20.663	20.663	20.663
FIDC Plus	466.281	476.844	476.844	476.844

Notas Explicativas

	31/03/2017			
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do trimestre
FIDC	606.341	606.341	605.599	605.627
FIDC Plus	-	-	-	-

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	581.250	581.796	586.262	586.575
Provisão para despesas diversas	224.307	232.360	332.517	349.708
Provisões para perdas	78.070	74.949	78.070	74.949
Total	883.627	889.105	996.849	1.011.232

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	103.049	171.088
Outras diferenças temporárias	15.857	23.424
Total	118.906	194.512

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 302.377 (R\$ 410.587 no consolidado) serão realizados, principalmente, durante o exercício de 2018. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 581.250 na controladora (R\$ 586.262 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 30,62% na controladora (32,10% no consolidado) das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

Segue quadro abaixo demonstrando a realização do crédito tributário:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente
Diferenças temporárias:								
2018	222.336	80.041	302.377	267.590	301.902	108.685	410.587	363.352
Após 2021	427.390	153.860	581.250	516.335	431.075	155.187	586.262	518.816
Total	649.726	233.901	883.627	783.925	732.977	263.872	996.849	882.168

b. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.343.838	1.368.705	1.399.873	1.485.524
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(456.905)	(465.360)	(475.957)	(505.078)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	51.204	56.270	51.204	56.270
Benefício fiscal de P&D	6.296	6.700	6.296	6.700
Equivalência patrimonial	61.584	32.546	2.566	1.513
Redução de alíquota de imposto de renda EUA (a)	-	-	75.113	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	1.033	2.903	(2.104)	905
Imposto de renda e contribuição social	<u>(336.788)</u>	<u>(366.941)</u>	<u>(342.882)</u>	<u>(439.690)</u>
Correntes	(331.310)	(417.435)	(330.491)	(496.009)
Diferidos	(5.478)	50.494	(12.391)	56.319

(a) Redução de alíquota de imposto de renda EUA - Efeito da reforma tributária americana sobre as controladas Me-s e Cielo USA, com redução da alíquota federal de imposto de renda de 35% para 21%.

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 10.304 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 12.861 no trimestre findo em 31 de março de 2017).

c. Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	186.469	134.020	215.332	197.924
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	23.100	31.110	35.233	50.252
Imposto Sobre Serviços – ISS (a)	41.022	4.689	73.485	12.539
Programa de Integração Social - PIS	4.631	6.332	7.368	10.594
Outros tributos a recolher	10.734	11.609	14.170	15.645
Total	265.956	187.760	345.588	286.954

Notas Explicativas

- (a) **Imposto sobre Serviços (ISS)** – A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1º artigo da Lei Complementar nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Exmo Ministro do STF Alexandre de Moraes. A Sociedade está atuando em conjunto com as associações da indústria e os demais contribuintes abrangidos pelo novo dispositivo, em discussões com as associações e representantes dos municípios brasileiros, com o objetivo de prover meios para viabilizar a aplicação adequada da nova legislação, provisoriamente suspensa.

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Em controladas	9.732.293	9.618.370	-	-
Em controladas em conjunto	109.149	110.357	150.645	110.357
Ágio na aquisição de investimentos	56.799	56.799	10.143	10.143
Total	9.898.241	9.785.526	160.788	120.500

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos não sofreu alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 10 - Intangível, item (a) Ágio na aquisição de investimentos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis de 28 de fevereiro de 2018 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2018. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial se referem ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2018.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas demonstrações contábeis foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”). Não são efetuados ajustes às demonstrações contábeis das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas, controladas em conjunto (“*joint ventures*”) e coligada referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	31/03/2018					31/03/2018				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	65.245	31.858	33.387	35.278	34.862	2.019	1.492	1.492	33.387
Multidisplay (*)	91,44	105.870	41.983	63.887	121.741	5.956	3.569	3.223	2.947	59.823
Braspag	99,99	38.715	3.496	35.220	8.753	4.664	1.542	1.540	1.540	35.220
Cielo USA	100,00	2.475.210	1.456.505	1.018.705	-	(22.081)	(5.559)	51.589	51.589	1.018.705
Cateno	70,00	12.535.856	348.456	12.187.400	620.689	253.072	225.214	165.550	115.885	8.531.180
Aliança	99,99	63.470	9.493	53.978	1.167	1.184	5.433	5.498	5.497	53.978
Subtotal		15.284.366	1.891.791	13.392.577	787.628	277.657	232.218	228.892	178.950	9.732.293
Controladas em conjunto:										
Orizon (**)	40,95	303.828	22.929	280.899	33.962	11.579	3.840	5.334	2.185	109.148
Pago	50,00	211	210	1	-	-	(14)	(14)	(7)	1
Subtotal		304.039	23.139	280.900	33.962	11.579	3.826	5.320	2.178	109.149
Total Controladora										
										181.128
Coligada:										
Sielo	30,00	185.209	46.886	138.322	310	(3.015)	(18.425)	(12.098)	(3.629)	41.497
Controladas indiretas:										
M4Produtos	91,44	122.867	95.247	27.620	26.910	14.420	2.082	2.279	2.084	25.255
Me-S	100,00	1.360.639	803.873	556.766	387.018	88.391	5.082	16.523	16.523	556.766
Controladas em conjunto indiretas:										
Prevaúde	40,95	12.501	939	11.562	2.199	1.501	1.366	1.182	484	4.734
Guilher	40,95	10.735	9.605	1.130	1.778	66	(104)	152	62	463

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servired foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay, no montante de R\$16.484.

(**) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os ágios gerados na aquisição de investimentos no balanço individual e os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas em conjunto e coligada no balanço consolidado, conforme descrito na nota explicativa 10 (a), estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Multidisplay	20.690	20.690	-	-
Braspag	25.966	25.966	-	-
Orizon	10.143	10.143	10.143	10.143
Total	56.799	56.799	10.143	10.143

A movimentação dos investimentos nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.809.287	104.355
Variação cambial sobre investimento no exterior	(27.987)	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(5.046)	-
Orizon	(4.466)	(4.466)
Cateno	(101.210)	-
Resultado com equivalência patrimonial	95.723	4.450
Saldo em 31 de março de 2017	9.766.301	104.339
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.785.526	120.500
Variação cambial sobre investimento no exterior	6.643	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(6.688)	-
Orizon	(3.387)	(3.387)
Cateno	(113.461)	-
Aporte de Capital – Aliança	55.000	-
Aporte de Capital – Stelo	-	55.105
Resultado com equivalência patrimonial	181.128	7.546
Reversão de provisão para obrigações com investidas (*)	(6.520)	(18.976)
Saldo em 31 de março de 2018	9.898.241	160.788

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações.

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		31/03/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.499.849	(1.181.460)	318.389	360.871
Equipamentos de processamento de dados	20	168.353	(119.846)	48.507	52.254
Máquinas e equipamentos	10 - 20	29.218	(23.313)	5.905	6.249
Instalações	10	48.306	(12.153)	36.153	37.361
Móveis e utensílios	10	13.052	(4.768)	8.284	6.842
Veículos	20	378	(369)	9	18
Total		1.759.156	(1.341.909)	417.247	463.595

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/03/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.500.655	(1.181.940)	318.715	361.194
Equipamentos de processamento de dados	20	206.754	(147.070)	59.684	64.868
Máquinas e equipamentos	10 - 20	49.134	(31.518)	17.616	18.434
Instalações	10	82.612	(26.533)	56.079	57.303
Móveis e utensílios	10	19.772	(7.752)	12.020	10.747
Veículos	20	476	(440)	36	50
Total		1.859.403	(1.395.253)	464.150	512.596

A movimentação do imobilizado nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2018
	Equipamentos de captura de transações	360.871	27.797	(3.586)	(66.694)
Equipamentos de processamento de dados	52.254	419	1.848	(6.014)	48.507
Máquinas e equipamentos	6.249	155	-	(499)	5.905
Instalações	37.361	(1)	-	(1.208)	36.152
Móveis e utensílios	6.842	1.719	-	(275)	8.286
Veículos	18	-	-	(9)	9
Total	463.595	30.089	(1.738)	(74.699)	417.247

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2017
	Total	586.401	56.426	1.708	(94.041)

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2018
	Equipamentos de captura de transações	361.194	27.797	(3.586)	(66.690)	-
Equipamentos de processamento de dados	64.868	603	1.822	(7.625)	17	59.685
Máquinas e equipamentos	18.434	257	-	(1.115)	40	17.616
Instalações	57.303	1.063	-	(2.287)	-	56.079
Móveis e utensílios	10.747	1.716	-	(446)	2	12.019
Veículos	50	1	(1)	(14)	-	36
Total	512.596	31.437	(1.765)	(78.177)	59	464.150

	Consolidado					
	31/12/2016	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2017
	Total	640.099	61.688	1.475	(96.863)	(2.094)

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estão contabilizadas perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 17.660 e R\$ 21.964, respectivamente.

10 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	1.604.404	1.598.011
Outros ativos intangíveis	378.979	383.702	11.378.422	11.505.385
Total	378.979	383.702	12.982.826	13.103.396

Notas Explicativas

a. *Ágio na aquisição de investimentos*

Em 31 de março de 2018, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registradas na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Multidisplay	29.393	29.699
Braspag	30.675	31.317
Me-S	1.544.336	1.536.995
Total	<u>1.604.404</u>	<u>1.598.011</u>

A movimentação do saldo de ágio nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.579.097
Variação cambial	(42.142)
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(858)
Saldo em 31 de março de 2017	1.536.097
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.598.011
Variação cambial	7.341
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(948)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>1.604.404</u>

b. *Outros ativos intangíveis*

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

		<u>Controladora</u>			
		<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	551.518	(286.790)	264.728	268.605
Desenvolvimento de projetos	20	138.577	(24.488)	114.089	114.923
Relacionamento com clientes	10	953	(791)	162	174
Acordo de não competição	7,5	10.284	(10.284)	-	-
Contratos de serviços	20	11.994	(11.994)	-	-
Total		<u>713.326</u>	<u>(334.347)</u>	<u>378.979</u>	<u>383.702</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		31/03/2018		31/12/2017	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	6,66 - 20	1.070.564	(551.981)	518.583	521.638
Desenvolvimento de projetos	20	425.287	(250.169)	175.118	186.990
Relacionamento com clientes	4 - 20	523.786	(263.966)	259.820	271.566
Acordo de não competição	7,5 - 50	143.644	(111.908)	31.736	34.862
Contratos de serviços	8 - 20	31.234	(20.726)	10.508	11.240
Marcas	10	3.325	(3.324)	1	-
Direito de Exploração – Arranjo de Pagamento Ourocard	3,33	11.572.000	(1.189.344)	10.382.656	10.479.089
Total		13.769.840	(2.391.418)	11.378.422	11.505.385

A movimentação do intangível nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora					
	31/12/2017	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	31/03/2018	
Software	268.604	18.170	-	(22.047)	264.727	
Desenvolvimento de projetos	114.924	-	-	(834)	114.090	
Relacionamento com clientes	174	-	-	(12)	162	
Total	383.702	18.170	-	(22.893)	378.979	
Total	261.431	9.907	-	(14.915)	256.423	
	Consolidado					
	31/12/2017	Adições/ Transferência	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	31/03/2018
Software	521.638	32.316	(306)	(35.977)	912	518.583
Desenvolvimento de projetos	186.990	(7.002)	-	(5.160)	290	175.118
Relacionamento com clientes	271.566	-	-	(12.719)	973	259.820
Acordo de não competição	34.862	-	-	(3.447)	321	31.736
Contratos de serviços	11.240	-	-	(375)	(357)	10.508
Marcas	-	1	-	-	-	1
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	10.479.089	-	-	(96.433)	-	10.382.656
Total	11.505.385	25.315	(306)	(154.111)	2.139	11.378.422
Total	11.863.225	13.727	(58)	(143.713)	(19.653)	11.713.528

As despesas com depreciação de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

As informações adicionais dessa nota explicativa não sofreram alterações em relação ao divulgado nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 e estão apresentadas nas notas explicativas nº 08 e 10 daquelas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

11 Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas a pagar a clientes (a)	52.359.147	57.377.277	52.359.147	57.377.277
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	595.162	305.425
Cauções de clientes (c)	-	-	129.334	113.834
Total	52.359.147	57.377.277	53.083.643	57.796.536

- (a) **Contas a pagar a clientes** – Em virtude do novo marco regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do SPB e da concessão da autorização emitida pelo BACEN em abril de 2017, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora do estabelecimento comercial, garantindo o pagamento da transação desde o momento da sua realização, e não mais de repassadora dos valores, passando a reconhecer a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e débito aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo do contas a pagar a estabelecimentos e de contas a pagar com partes relacionadas (transações a serem pagas aos FIDCs) é superior ao saldo ativo do contas a receber de emissores, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias (“float” de aproximadamente dois dias).
- (b) **Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais** - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes à transações capturadas e processadas até a data dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) **Cauções de clientes** - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
FINAME	9,35%	-	170.278	-	170.278
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”	3,75%	1.577.962	1.555.537	2.931.418	2.889.666
Debêntures privadas	100% à 111% do DI	3.357.560	3.429.565	3.357.560	3.429.565
Debêntures públicas	105,8% do DI	1.583.550	1.556.418	1.583.550	1.556.418
Financiamento de P&D	4,0%	150.998	156.647	150.998	156.647
Operação 4.131	1,96% à 2,07%	1.038.670	1.042.779	1.038.670	1.042.779
Total		7.708.740	7.911.224	9.062.196	9.245.353
Circulante		2.686.125	2.827.084	2.699.368	2.827.719
Não circulante		5.022.615	5.084.140	6.362.828	6.417.634
Total		7.708.740	7.911.224	9.062.196	9.245.353

A estrutura de endividamento, bem como as informações relacionadas aos empréstimos e financiamentos e suas respectivas cláusulas restritivas não sofreram alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 13 - Empréstimos e Financiamentos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

“Hedge Accounting”

Em 31 de março de 2018, a Cielo possui instrumentos financeiros designados como instrumento de “hedge” para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial e taxa de juros de saldos de empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 26 (f) e (g).

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.478.071	10.791.110
Novas captações	69.943	69.943
Pagamento de principal	(50.332)	(50.331)
Variação cambial (principal e juros)	(69.698)	(106.140)
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(7.102)	(7.102)
Juros provisionados e encargos apropriados	242.115	254.354
Juros pagos	(252.450)	(252.450)
Saldo em 31 de março de 2017	9.410.547	10.699.384
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353
Pagamento de principal	(167.003)	(167.003)
Variação cambial (principal e juros)	13.297	20.285
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(9.237)	(9.237)
Juros provisionados e encargos apropriados	117.944	130.283
Juros pagos	(157.485)	(157.485)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>7.708.740</u>	<u>9.062.196</u>

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 31 de março de 2018, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	16.719	16.719
2020	22.292	22.292
2021	22.292	22.292
2022	1.584.476	2.930.615
2023	3.359.417	3.359.417
2024	22.292	22.292
Total de empréstimos e financiamentos	5.027.488	6.373.627
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(4.873)	(10.799)
Total	<u>5.022.615</u>	<u>6.362.828</u>

Notas Explicativas

13 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	122.066	141.917	283.919	326.514
Provisão para férias e encargos	30.306	27.811	55.034	54.223
Participação dos colaboradores no lucro	13.348	73.129	21.051	104.824
Valores a pagar a fornecedores de gestão de pagamentos (a)	-	-	156.896	173.790
Total	165.720	242.857	516.900	659.351
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	28.256	33.587	29.432	34.862
Total	193.976	276.444	546.332	694.213

(a) Saldo substancialmente composto por gastos relacionados às controladas Cateno referente ao *embossing* e postagem de cartões e à Me-S, no que tange ao processamento de transações e *fees* pagos à parceiros comerciais e bancos.

14 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, como segue:

	Controladora					31/03/2018
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.578.387	338	-	236	-	1.578.961
Cíveis	53.675	5.928	(13.534)	1.279	(2.248)	45.100
Trabalhistas	92.923	4.621	(2.622)	433	(2.139)	93.216
Total	1.724.985	10.887	(16.156)	1.948	(4.387)	1.717.277
	31/12/2016	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2017
Total	1.634.748	60.209	(4.184)	2.411	(2.714)	1.690.470
Consolidado						
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2018
Tributárias	1.580.090	627	-	237	-	1.580.954
Cíveis	54.166	6.581	(14.025)	1.279	(2.248)	45.753
Trabalhistas	107.061	5.784	(3.064)	433	(2.186)	108.028
Total	1.741.317	12.992	(17.089)	1.949	(4.434)	1.734.735

Notas Explicativas

	31/12/2016	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2017
Total	1.659.419	61.458	(4.665)	2.431	(2.714)	1.715.929

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Em 31 de março de 2018, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 321 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 4.387 e R\$ 4.434 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

	Provisão para Riscos Tributários Controladora		Provisão para Riscos Tributários Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Principais processos tributários				
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (b)	17.398	17.398	17.398	17.398
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	26.481	25.907	28.474	27.610
Total	1.578.961	1.578.387	1.580.954	1.580.090

	Depósito Judicial Controladora		Depósito Judicial Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Principais processos tributários				
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.923	19.923	23.024	23.024
Total	1.555.005	1.555.005	1.558.106	1.558.106

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos Contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de março de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142, na controladora e no consolidado.
- (b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de março de 2018, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398 na controladora e no consolidado.
- (c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de março de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895, na controladora e no consolidado.
- (d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara

Notas Explicativas

Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de março de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 45.100 na controladora e R\$ 45.753 no consolidado (R\$ 53.675 na controladora e R\$ 54.166 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial em 31 de março de 2018 é de R\$ 8.460 na controladora e R\$ 8.491 no consolidado (R\$ 8.460 na controladora e R\$ 8.491 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2018, incluíam 509 ações trabalhistas contra a Sociedade e 67 contra as controladas, totalizando 576 ações (490 ações trabalhistas contra a Sociedade e 63 contra as controladas, totalizando 553 ações em 31 de dezembro de 2017). Dentre essas ações em 31 de março de 2018, 190 foram movidas por ex-empregados (179 em 31 de dezembro de 2017) e as 386 restantes (374 em 31 de dezembro de 2017) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 31 de março de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 93.216 na controladora e R\$ 108.028 no consolidado (R\$ 92.923 na controladora e R\$ 107.061 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 50.618 na

Notas Explicativas

controladora e R\$ 59.426 no consolidado (R\$ 46.607 na controladora e R\$ 55.264 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 67,90% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 32,10% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Tributárias	137.137	131.586	141.603	132.119
Cíveis	164.446	148.160	165.400	149.094
Trabalhistas	68.828	75.868	85.075	92.542
Total	370.411	355.614	392.078	373.755

b. Depósitos judiciais

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Tributários	1.555.005	-	-	1.555.005
Cíveis	8.460	-	-	8.460
Trabalhistas	46.607	4.115	(104)	50.618
Total	1.610.072	4.115	(104)	1.614.083
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017
Total	1.514.389	50.931	(2)	1.565.318
	Consolidado			
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Tributários	1.558.106	-	-	1.558.106
Cíveis	8.491	-	-	8.491
Trabalhistas	55.264	4.265	(103)	59.426
Total	1.621.861	4.265	(103)	1.626.023
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017
Total	1.522.612	51.375	(2)	1.573.985

Notas Explicativas

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.700.000, representado por 2.716.815.061 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de março de 2018 é de 2.714.317.758 (2.714.173.216 ações em 31 de dezembro de 2017).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Em 31 de março de 2018 o saldo da reserva de capital é de R\$ 66.296 (R\$ 66.247 em 31 de dezembro de 2017).

c. Transações de capital entre sócios

Em julho de 2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação, conforme a seguir:

Ativos líquidos adquiridos	17.849
Valor pago na data de fechamento	(92.309)
Valor a pagar Remuneração variável (“ <i>earn-out</i> ”) ^(a)	(7.824)
Ágio em transações de capital entre sócios	<u>(82.284)</u>

(a) Saldo remanescente registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante que será pago em até 43 meses a partir da data de fechamento, corrigidos pela variação de 100% do DI, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance”, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade, aprovou a aquisição de até 1.550.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, a fim de atender ao exercício das opções e/ou ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade (“Plano”), aprovado e aditado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e destinado a estatutários e não estatutários elegíveis conforme regras previstas no Plano, dentro do prazo de 365 dias contados de 22 de fevereiro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

Notas Explicativas

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.641.845)	(53.925)	20,41
Venda em janeiro	270.721	5.525	20,41
Venda em fevereiro	57.346	1.171	20,41
Venda em março	306.475	6.256	20,41
Recompra em março	(490.000)	(11.759)	24,00
Saldo em 31 de março de 2018	(2.497.303)	(52.732)	21,12

e. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “*hedge*” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Variação cambial sobre investimento no exterior	409.757	403.114
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>bonds</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(388.556)	(383.655)
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>NDF</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	10.556	8.814

f. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis do Banco Central, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2018 é de R\$ 940.000 (R\$ 892.740 em 31 de dezembro de 2017).

g. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2018, foram apreciadas as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a proposta de orçamento de capital para o exercício social vigente, que foram submetidas à aprovação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018. A constituição do orçamento de capital será composta pelo equivalente a 26,2% do lucro líquido societário do exercício de 2017, já deduzido da reserva legal, e pelo valor remanescente da reserva de lucros constituída no exercício findo em 2016. A proposta de orçamento de capital foi justificada pela necessidade de fortalecer o capital de giro e garantir maior robustez e estabilidade financeira à Sociedade, facilitando o financiamento das suas operações, bem como o investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo para viabilizar o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”), além de prover recursos para eventual recompra de ações de emissão da Sociedade.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2018 é de R\$5.110.975 (R\$ 5.110.975 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, a partir de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras oficiais para fins estatutários correspondem àquelas apresentadas de acordo com as regras contábeis do Banco Central, as quais foram base para cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios e para constituição da reserva legal.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões do Conselho de Administração da Sociedade realizadas em 13 de dezembro de 2017 e 01 de fevereiro de 2018, foi aprovada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos resultados auferidos no 2º semestre de 2017, nos montantes de R\$1.058.785 e R\$ 318.200 (R\$ 270.470 líquido de IRRF), respectivamente, pagos em 29 de março de 2018, que somados aos proventos de R\$ 1.327.352 pagos em 29 de setembro de 2017, correspondem a 73,8% do lucro líquido societário (de acordo com as regras do Banco Central).

O saldo de juros sobre o capital próprio provisionado ao fim do 1º trimestre de 2018 é de R\$ 150.600.

i. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de março de 2018, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2017	2.714.173.216
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro	270.721
Fevereiro	57.346
Março	306.475
Recompra de ações:	
Março	(490.000)
Total	2.714.317.758

Notas Explicativas

Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	1.007.050	1.001.764
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.373	2.711.919
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,37101	0,36939

Lucro por ação diluído

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	1.007.050	1.001.764
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.373	2.711.919
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.528	4.067
Total (em milhares)	<u>2.716.901</u>	<u>2.715.986</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,37066	0,36884

17 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional bruta	1.852.416	1.884.194	3.125.014	3.086.230
Impostos sobre serviços	(221.306)	(189.753)	(340.330)	(284.927)
Total	<u>1.631.110</u>	<u>1.694.441</u>	<u>2.784.684</u>	<u>2.801.303</u>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas com pessoal	103.478	123.112	184.195	200.298
Depreciações e amortizações	97.591	108.956	232.288	240.576
Serviços profissionais	67.471	90.222	79.982	97.985
Gastos com aquisição (a)	531.953	432.262	1.126.158	1.032.003
Vendas e marketing (b)	28.055	35.103	31.548	38.054
Custo com créditos de celulares em controlada (c)		-	115.721	111.980
Outras	13.653	9.608	11.874	3.302
Total	842.201	799.263	1.781.766	1.724.198
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	614.665	554.681	1.434.328	1.367.628
Despesas com pessoal	61.062	80.157	126.217	139.702
Despesas gerais e administrativas	86.533	87.226	127.095	121.670
Vendas e marketing	28.055	35.103	31.548	38.054
Outras despesas operacionais, líquidas	51.886	42.096	62.578	57.144
Total	842.201	799.263	1.781.766	1.724.198

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Perdas com créditos incobráveis e fraude	49.446	37.727	57.307	48.360
Provisão para risco e (reversão), líquida	(945)	7.692	(247)	8.549
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado	3.766	(2.477)	3.766	(2.417)
Outras	(381)	(846)	1.752	2.652
Total	51.886	42.096	62.578	57.144

20 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2018, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	16.700
De 1 ano a 5 anos	19.925
Acima de 5 anos	8.382
Total	45.007

Notas Explicativas

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de março de 2018, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	299.543
De 1 ano a 5 anos	302.706
Total	602.249

Os contratos de central de atendimento contém multas rescisórias no montante de R\$ 10.700. Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós- emprego

A Sociedade possui um passivo atual decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de março de 2018 é de R\$ 7.205.

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2018, em despesas de contribuições no montante de R\$ 1.797 (R\$2.464 no trimestre findo em 31 de março de 2017), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$15.006 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$12.644 no trimestre findo em 31 de março de 2017).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 31 de março de 2017 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Colaboradores	11.020	14.290	16.034	20.489
Diretores estatutários	2.328	2.329	2.898	2.663
Total	13.348	16.619	18.932	23.152

23 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos trimestres da Controladora são como seguem:

	31/03/2018			31/03/2017		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.838	2.338	5.176	3.246	5.638	8.884
Conselhos de administração	550	-	550	575	-	575
Total	3.388	2.338	5.726	3.821	5.638	9.459

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) em 2018, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, foi de R\$47.000 já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Notas Explicativas

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 31 de março de 2018, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é o seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações									Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificações					Saldo		
				2013	2014	2015	2016	2017			
Julho de 2012	986.475	(242.017)	(2.341.723)	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	60.960	10,73	4,42
Julho de 2013	1.049.141	(281.871)	(2.425.062)	-	989.734	370.317	263.000	122.584	87.843	12,52	5,83
Julho de 2014	1.560.456	(330.634)	(1.739.777)	-	-	303.607	311.584	214.379	319.615	18,87	8,70
Julho de 2015	557.354	(158.168)	(402.219)	-	-	-	105.050	86.862	188.879	-	28,83
Julho de 2016	650.947	(82.712)	(116.566)	-	-	-	-	101.984	553.653	-	27,43
Março de 2017	121.470	(11.866)	(41.668)	-	-	-	-	24.294	92.230	-	22,51
Julho de 2017	828.878	(74.930)	(25.116)	-	-	-	-	-	728.832	-	23,26
Março de 2018 (*)	437.187	-	-	-	-	-	-	-	437.187	-	25,32
Total	6.191.908	(1.182.198)	(7.092.131)	188.945	2.037.189	928.438	787.117	609.931	2.469.199		

(*) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2018, foi deliberado e aprovado o plano Sócio Cielo 2018 "Restricted shares", outorgado em março deste ano.

Para determinar o valor justo das opções, entre os exercícios de 2011 e 2014, optou-se pelo modelo de *Black & Scholes* para a precificação das opções. As premissas utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Outorga em		
	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
"Dividend yield"	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e de 36 meses (para os planos de opções de ações restritas).

No trimestre findo em 31 de março de 2018, foi reconhecida provisão de R\$ 5.663 líquido dos encargos (R\$ 9.397 em 31 de março de 2017), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal". Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 1.546 líquido dos encargos (R\$ 5.761 em 31 de março de 2017).

Foram exercidas 634.542 ações no valor de R\$ 5.614 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (485.729 ações no valor de R\$ 10.306 no trimestre findo em 31 de março de 2017), sendo a movimentação de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 31 de março de 2018, o montante de R\$ 49 (R\$ 909 em 31 de março de 2017).

Notas Explicativas

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	61.141	73.911	103.236	113.690
Pis e Cofins (a)	(2.864)	(3.532)	(4.183)	(5.391)
Outras receitas financeiras	140	2.044	962	2.264
Total	58.417	72.423	100.015	110.563
Despesas financeiras:				
Juros de mora e multas	(42)	(30)	(50)	(39)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(1.948)	(2.796)	(2.226)	(2.817)
IRRF sobre remessa de juros ao exterior	-	(3.018)	-	-
Juros e encargos sobre empréstimos	(120.353)	(281.918)	(120.353)	(297.174)
Participação de Terceiros – FIDC Plus	-	-	(32.570)	-
Outras despesas financeiras	(3.882)	(25.317)	(17.006)	(25.594)
Total	(126.225)	(313.079)	(172.205)	(325.624)
Aquisição de recebíveis:				
Receita com aquisição de recebíveis e rendimentos (b)	464.963	647.926	484.931	648.639
Pis e Cofins (a)	(21.621)	(29.347)	(21.621)	(29.347)
Total	443.342	618.579	463.310	619.292
Variação cambial, líquida (c)	(1.733)	(119)	(1.711)	(262)
Total	373.801	377.804	389.409	403.969

- (a) Despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.
- (b) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC e do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste *pro rata temporis* nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelos FIDC e FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (c) Decorre substancialmente da variação cambial referente ao empréstimo em dólares americanos, tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. (vide nota explicativa nº 12) e à variação dos instrumentos financeiros contratados para proteger as referidas operações, conforme nota explicativa nº 26 (g), bem como a oscilação cambial sobre outros saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Variação cambial, líquida:				
Receitas	126.384	23.403	126.414	23.390
Despesas	(128.117)	(23.522)	(128.125)	(23.652)
Total	(1.733)	(119)	(1.711)	(262)

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Notas Explicativas

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras).

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a controladora Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa nº 15.i). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

O índice de endividamento no fim do trimestre de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Dívida (i)	(7.708.740)	(7.911.224)	(9.062.196)	(9.245.353)
Instrumentos financeiros derivativos	34.986	39.465	34.986	39.465
Caixa e equivalentes de caixa	3.446.878	3.909.521	5.987.884	6.024.197
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Dívida líquida	(4.226.876)	(3.962.238)	(3.039.326)	(3.181.691)
Patrimônio líquido (ii)	11.502.001	11.701.352	15.162.283	15.360.945
Índice de endividamento líquido	36,75%	33,86%	20,05%	20,71%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa nº 12.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, (iii) instrumento financeiro derivativo (“*Swap*”), (iv) aplicações financeiras, (v) fundo de investimento em direitos creditórios, (iv) depósitos judiciais, (vii) contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, e por aquisição de controlada, fornecedores e (viii) empréstimos e financiamentos.

Em 31 de março de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas

		31/03/2018			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo através do resultado	3.446.878	3.446.878	5.987.884	5.987.884
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	59.535.424	59.535.424	60.588.247	60.588.247
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	17.673	17.673	10.074	10.074
Fundo de investimento em direitos creditórios	Valor justo através do resultado	7.300.474	7.300.474	-	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	1.614.083	1.614.083	1.626.023	1.626.023
Instrumento Financeiro Derivativo ('Swap')	Valor justo através do resultado	34.986	34.986	34.986	34.986
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	52.359.147	52.359.147	53.083.643	53.083.643
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	9.213.543	9.213.543	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	497.255	497.255	615.463	615.463
Empréstimos e financiamentos (hedge accounting)	Valor justo através do resultado	6.655.927	6.655.927	8.009.383	8.009.383
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.052.813	1.038.670	1.052.813	1.038.670

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Sociedade aplica a *IFRS 07 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação* para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo em 31 de março de 2018:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	3.446.878	-	-	5.987.884	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	7.300.474	-	-	-	-
Outros (empréstimos e recebíveis)	-	61.167.180	-	-	62.224.344	-
Ativo financeiro derivativo ("Swap")	-	34.986	-	-	34.986	-
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	-	7.708.740	-	-	9.062.196	-
Outros (outros passivos financeiros)	-	62.069.945	-	-	53.699.106	-

Notas Explicativas

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para as aplicações em CDB e em fundos de investimentos, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc) e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Fundos de investimentos em direitos creditórios:** Sob condições normais, o valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** O valor justo foi calculado pelos recebimentos previstos de principal e juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas previstas em contrato. Para os *ten years Bonds*, que estão classificados como nível 1, o valor justo é apurado considerando as cotações obtidas em instituições de mercado.
- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos “*swaps*”.

c. Risco de crédito

Na operação de aquisição da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de “*default*”.

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartão e aos credenciadores.

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682, de novembro de 2013, as bandeiras (denominadas “instituições de pagamento” na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com *chargeback* nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco, a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade.

Notas Explicativas

Em sua operação a Sociedade também tem risco com Subadquirentes afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subadquirentes assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subadquirentes possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária para a cobertura de seu risco.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 63.017.288 na controladora e R\$ 66.611.117 no consolidado.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

f. “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“*net investment hedge*”)

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “*bonds*” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do “*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*” (consubstanciada na norma *International Accounting Standard 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement – IAS 39*), optou por designar como “*hedge*” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “*ten years bonds*”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil para proteção do risco de variação da moeda estrangeira. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “*ten years bonds*”, está acrescido do “*gross-up*” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “*hedge accounting*”.

A contabilização dos efeitos do “*hedge*” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto na norma IAS 39. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “*hedge*”; (ii) tipo de “*hedge*”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“*hedge*” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“*hedging instrument*”); (vi) demonstração da correlação do “*hedge*” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

Notas Explicativas

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e de 2017, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “*hedges*” de investimento líquido na Cielo USA; conseqüentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

g. “*Hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”)

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de “*swap*”, com base na IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement, designou-o como instrumento de “*hedge*” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 297.327 equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 22 de junho de 2017. Em 01 de setembro de 2017 foi contraída uma nova dívida no valor de US\$ 316.255 equivalente a R\$ 1.000.000, com vencimento em 31 de agosto de 2018, para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Em 31 de março de 2018, a posição individual e consolidada dos contratos de “*swap*” é a seguinte:

	31/03/2018					31/12/2017	
	Valorização					Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
Swap taxa flutuante em US\$: 1,9600% a.a. - De 01/09/17 à 01/03/18 2,0743% a.a. - De 01/03/18 à 31/08/18 vs. taxa flutuante em R\$ (100,2% do DI)	31/08/2018	1.000.000	(5.145)	(42)	9.666	34.986	39.465

Os termos contratuais dos contratos de empréstimo, conforme nota explicativa 12), e dos “*swaps*” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “*swap*” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “*hedge*”.

Assim, em 31 de março de 2018 a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do “*swap*”, que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 1.000.000 remunerados à 100,2% da taxa média diária de juros dos DI.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “*hedge*” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 – B3 Brasil, Bolsa, Balcão S.A.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as relações de “*hedge*” estabelecidas pela Sociedade encontravam-se eficazes, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “*hedge accounting*” foi registrada.

Notas Explicativas

h. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “*holding*” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas na moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pela Sociedade.

Em 31 de março de 2018, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	6.674	177.223
Contas a receber operacionais	700	161.295
Outros ativos	-	8.686
Investimentos em moeda estrangeira	306.488	
Imobilizado	-	6.234
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	641.068
Total	313.862	994.506
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(311.891)	(529.953)
Outros passivos	-	(17.642)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(6.610)	(8.811)
Imposto de renda diferido		(37.827)
Efeito tributário sobre instrumento de “ <i>hedge</i> ” - “ <i>Bonds</i> ” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(628.701)	(1.309.433)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	(314.929)	(314.927)

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 31 de março de 2018, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	Cenário provável 10%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Resultado (i)	(2.451)	(6.127)	(12.253)
Patrimônio Líquido (i)	1.234	3.084	6.169

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

Notas Explicativas

i. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

j. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

k. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos da Sociedade são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Em 31 de março de 2018 os saldos expostos à variação do DI são R\$ 3.308.227 na controladora e R\$ 5.305.949 no consolidado referente às aplicações financeiras e R\$ 5.979.779 na controladora e consolidado, decorrentes dos empréstimos e financiamentos. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário provável 10%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Cenário provável 10%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Aplicações financeiras	6.114	15.285	30.571	10.324	25.809	51.618
Empréstimos e financiamentos	(10.945)	(27.362)	(54.724)	(10.945)	(27.362)	(54.724)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade, suas controladas e coligada, operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de bancos emissores (relacionadas às operações de aquisição de recebíveis) que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores, Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Catenio, Braspag, Aliança, Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as

Notas Explicativas

Consolidado						
31/03/2018						31/12/2017
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto diretas (iv)	Fundos de investimentos (vi)	Total	Total
Ativos (Passivos):						
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	897.508	-	-	-	897.508	921.278
Contas a receber operacionais (b)	18.387.400	-	-	-	18.387.400	18.845.033
Empréstimos e Financiamentos (c)	(3.357.560)	-	-	-	(3.357.560)	(3.429.567)
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	3.387	3.387	-
31/03/2018						31/03/2017
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	27.524	-	-	-	27.524	58.357
Receitas de prestação de outros serviços (d)	14.914	-	-	-	14.914	16.507
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (e)	19.230	-	-	-	19.230	-
Despesas:						
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.685)	-	-	-	(1.685)	(1.550)
Outras despesas operacionais (f)	(9.778)	-	-	-	(9.778)	(9.164)
Despesas financeiras (c)	(59.021)	-	-	-	(59.021)	(114.046)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (i)	(5.943)	-	-	-	(5.943)	(5.706)

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos; (iv) Orizon e Paggo; (v) Stelo e (vi) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 13.d) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.
- (d) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon, prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag e aquisição de recebíveis da empresa Multidisplay e serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIC. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (e) Corresponde a serviço de locação de equipamentos de captura de transações à Orizon.
- (f) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes: (i) ao seguro de vida coletivo empresarial; (ii) aos seguros hospitalar e odontológico; e (iii) ao contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (g) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.
- (i) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

Notas Explicativas

A natureza, bem como as condições contratuais das transações realizadas com partes relacionadas não sofreram alterações em relação ao divulgado na nota explicativa nº 28 – Transações e saldos com partes relacionadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2017.

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

A partir da constituição da Cateno, em fevereiro de 2015, cujas atividades operacionais se referem substancialmente à gestão de contas de pagamentos no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, que difere essencialmente do segmento supramencionado, o Grupo passou a deter dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

	Trimestre findo em 31 de março de 2018			Trimestre findo em 31 de março de 2017		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	1.776.977	620.689	2.397.666	1.823.816	598.470	2.422.286
Mercado Externo	387.018	-	387.018	379.017	-	379.017
Receita operacional líquida	2.163.995	620.689	2.784.684	2.202.833	598.470	2.801.303
Custo dos serviços prestados	(944.729)	(271.184)	(1.215.913)	(853.648)	(290.773)	(1.144.421)
Depreciação e amortização	(121.982)	(96.433)	(218.415)	(126.774)	(96.433)	(223.207)
Lucro Bruto	1.097.284	253.072	1.350.356	1.222.411	211.264	1.433.675
Despesas operacionais	(298.264)	(27.755)	(326.019)	(307.550)	(27.201)	(334.751)
Depreciação e amortização	(13.770)	(103)	(13.873)	(17.306)	(63)	(17.369)
Lucro Operacional	785.250	225.214	1.010.464	897.555	184.000	1.081.555
Resultado financeiro	449.941	(60.532)	389.409	585.248	(181.279)	403.969
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.235.191	164.682	1.399.873	1.482.803	2.721	1.485.524
Imposto de renda e contribuição social	(286.890)	(55.992)	(342.882)	(438.771)	(919)	(439.690)
Lucro (prejuízo) líquido	948.301	108.690	1.056.991	1.044.032	1.802	1.045.834
Atribuído a:						
Acionistas controladores	948.025	59.025	1.007.050	1.043.527	(41.763)	1.001.764
Outros acionistas que não a Cielo	276	49.665	49.941	505	43.565	44.070

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Saldos patrimoniais em 31 de Março de 2018		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	70.471.189	12.535.857	83.007.046

Notas Explicativas

	Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
	Total do Ativo	75.778.470	12.568.711

29 Itens que não afetam o caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	6.643	202.708	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	13.297	32.624	32.624	79.071
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	150.600	624.730	150.600	172.411
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	16.474	-	-	-

30 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	266.096
Lucros cessantes	19.895
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	388.561
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.097.091
FINAME de equipamentos de captura de transações	-

31 Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no total de R\$ 1.000.000, mediante a capitalização de parte dos recursos disponíveis na reserva de lucros e sem a emissão de novas ações. O capital social da Sociedade, após o aumento aprovado, passa a ser de R\$ 5.700.000.

32 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 02 de maio de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 02 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao 1º trimestre de 2018, findo em 31 de março de 2018 ("ITR 1º Tri"), por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2018 - findo em 31 de março de 2018 ("ITR 1º Tri").

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR, sem ressalvas, referente ao 1º trimestre de 2018 - findo em 31 de março de 2018 (“ITR 1º Tri”), emitido pela KPMG Auditores Independentes.